



# CONCEITOS DO MUNDO DO TRABALHO

O que são e para  
que servem indicadores

## O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM INDICADORES

**Como podemos saber se a economia de nosso país está crescendo? Como podemos comparar as condições de vida de que desfrutam habitantes de diferentes regiões do mundo? Para isso, precisamos calcular os chamados “indicadores”.**

Um indicador nada mais é do que um número que nos permite comparar um país, estado ou cidade com ele mesmo e com outras regiões ao longo do tempo. Alguns indicadores buscam mostrar se uma economia está crescendo ou diminuindo ao longo do tempo. Um exemplo é o PIB, o Produto Interno Bruto, que nos diz o valor total de bens e serviços produzidos em determinada região. Outros indicadores servem para entendermos quais são as condições de vida, como o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano.

Para que esses indicadores possam fazer o seu trabalho, é essencial que sejam calculados da mesma forma em qualquer lugar do mundo e também ao longo do tempo. É por isso que podemos comparar o PIB do Brasil com o PIB dos Estados Unidos, Argentina e Noruega, e também comparar o PIB do Brasil com ele mesmo ao longo dos anos para descobrir se a economia brasileira está crescendo, diminuindo ou se ela se encontra estagnada. É com base nesse tipo de comparação que, por exemplo, nós podemos dizer que os anos 1980 foram uma “década perdida” para a economia brasileira. Durante esses dez anos ela praticamente não cresceu, enquanto vários países em desenvolvimento viram suas economias decolar, o que lhes permitiu combater a pobreza e elevar o nível de vida de seus cidadãos.

Os indicadores são importantes para diversos propósitos. Podemos usar sua evolução para verificar se nossos políticos estão ou não fazendo um bom trabalho. Uma ONG pode usar indicadores para descobrir quais são os indivíduos que mais precisam de sua ajuda, e assim concentrar os seus recursos limitados onde eles serão mais úteis. Uma empresa precisa desses indicadores para decidir se deve tentar conquistar mercados fora de seu país ou

para saber se é uma boa ideia construir uma nova fábrica. Os indicadores são incrivelmente úteis, e seria muito difícil tentar entender o mundo sem eles.

Nesta seção vamos explicar como funcionam e para que servem alguns dos indicadores mais importantes utilizados por economistas, governos, ONGs e empresas.

### PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**O produto interno bruto (PIB) é a medida de tudo que é produzido dentro de uma região em um determinado ano.** Carros, pães, livros, computadores, ingressos de cinema, refeições... Tudo o que foi gerado naquele ano.

Um potencial problema é: como contar junto bananas, maçãs, peças de teatro, escrivatinhas, coisas que são diferentes e que têm unidades de medida diferentes? A solução é transformar tudo em dinheiro. **Logo, o PIB é o valor em reais de tudo que foi produzido em uma região em um ano.**

Dois aspectos importantes:

- 1º) Só entram na conta do PIB bens e serviços produzidos no ano em questão. Por exemplo, se um veículo foi produzido em 2014, mas foi colocado em estoque e vendido em 2015, ele entra no PIB de 2014, não no de 2015.
- 2º) Só entram no cálculo os bens e serviços finais, não os bens intermediários.

Por quê?

Porque, caso contrário, haveria dupla contagem.

Se um consumidor compra um suco de laranja numa lanchonete, por exemplo, devemos computar apenas o valor do suco, não o das laranjas utilizadas. Afinal, as laranjas já estão incorporadas no suco.

Mas se o consumidor compra laranjas na feira, elas entram na conta do PIB.

**A chamada renda per capita de um país – ou seja, o valor do PIB dividido pelo número de ha-**

**bitantes dele – fornece uma medida do padrão de vida médio da população vivendo naquela nação.**

**A principal vantagem da renda per capita é que ela está disponível para a maioria dos países do mundo e para vários anos principalmente a partir da década de 1970.** Além disso, organismos internacionais têm empreendido esforços no sentido garantir que as medidas de renda per capita sejam comparáveis entre países e no tempo.

**De todo modo, a renda per capita não necessariamente reflete bem-estar ou qualidade de vida.**

Por exemplo, uma renda per capita elevada pode ser obtida com mais horas de trabalho. E isso implica menos horas de lazer. Um PIB mais elevado também pode estar associado a mais poluição e agressão ao meio ambiente, o que impacta negativamente a qualidade de vida média dos cidadãos.

Outro ponto importante: a renda per capita é uma média das rendas dos diversos indivíduos de um país. Logo, essa medida não nos diz absolutamente nada sobre como a renda está distribuída.

**Assim, podemos ter uma situação em que a maioria da população ganha muito, mas muito pouco. E o rendimento dos poucos ricos é tão, mas tão mais alto que a renda per capita do país também é elevada se comparada a de outros países onde o bem-estar de seus habitantes é menos desigual.**

**Apesar desses problemas, a renda per capita é uma medida útil para comparar níveis de desenvolvimento dos diversos países.** Como foi dito, seus dados estão disponíveis para um conjunto amplo de países e para diversos anos, principalmente nas últimas décadas. Além disso, a renda per capita apresenta forte correlação com outros indicadores de qualidade de vida, como saúde e longevidade.

Também podemos calcular o PIB de setores isolados da economia. **O PIB do setor primário, por exemplo, consiste na soma do valor de toda a produção final das atividades que pertencem ao setor primário (agricultura, pesca, extração de madeira, mineração etc.).**

Portanto, o PIB é uma ótima ferramenta para entender a evolução de um país ao longo do tempo, mas ele não diz muita coisa sobre esse país se comparado a outro. Em primeiro lugar, países diferentes

utilizam moedas diferentes, então precisamos alterar os PIBs dos países para que todos sejam expressos na mesma moeda. No entanto, temos um fator que atrapalha essa comparação: o poder de compra das moedas é diferente. Se o câmbio Brasil/Estados Unidos é de R\$ 5,00 isso significa que eu preciso de R\$ 5,00 para comprar um dólar, mas a cesta de bens que eu consigo comprar com um dólar nos Estados Unidos é diferente da cesta de bens que eu consigo comprar com R\$ 5,00 no Brasil. Para comparar o poder de compra das diferentes moedas, utilizamos um conceito chamado de paridade de poder de compra.

**Quando comparamos o PIB de dois países em paridade de poder de compra, é como se comparássemos somente as quantidades produzidas em cada país, livre das distorções causadas pelas diferentes moedas e pelos diferentes níveis de preços. De modo geral, a maneira mais correta de se comparar as contas nacionais de diferentes países é por meio da paridade de poder de compra.**

## RENDA NACIONAL BRUTA (RNB)

A renda nacional bruta (RNB) é uma das medidas que pertencem ao sistema de contas nacionais. **A renda nacional bruta é calculada somando ao PIB a renda líquida dos fatores de produção recebida do resto do mundo. A renda nacional bruta tenta cumprir o mesmo trabalho que o PIB, ou seja, ela serve como medida do desempenho econômico de um país.**

Mas então você pode se perguntar: **o que é essa tal de renda líquida dos fatores de produção recebida do resto do mundo?** Para explicar, vamos usar como exemplo a principal renda que afeta essa medida. Como todos sabem, algumas das maiores empresas do mundo são multinacionais. Quando uma multinacional abre uma filial no Brasil, é de se esperar que seus lucros sejam enviados ao seu país de origem. Ou seja, o dinheiro que nossos consumidores gastaram com produtos dessa empresa está indo para remunerar os investidores estrangeiros que são donos da multinacional. Da mesma forma, uma empresa brasileira operando no exterior envia seus lucros de volta ao Brasil para remunerar seus

donos brasileiros. A renda líquida recebida do exterior é, portanto, a diferença entre essas duas contas. Ela é a renda recebida do exterior menos a renda enviada ao exterior.

**Em outras palavras, nem toda a renda que é gerada aqui no Brasil acaba ficando dentro do Brasil. Da mesma forma, uma parte da renda gerada no resto do mundo acaba sendo enviada para cá.** Essa é a diferença essencial entre a renda nacional bruta e o PIB. **Para calcular o PIB, somamos o valor de todos os bens e serviços finais gerados dentro dos limites geográficos do Brasil. Já na renda nacional bruta somamos o valor de toda a produção gerada por cidadãos brasileiros, independentemente de eles morarem aqui ou no exterior.**

Além dos lucros de empresas, existem outras rendas que aparecem na renda nacional bruta. Por exemplo, os salários recebidos por cidadãos brasileiros que trabalham e moram no exterior. **Ainda outro exemplo são as movimentações de dinheiro feitas por multinacionais em direção aos chamados “paraísos fiscais”.** Paraísos fiscais são países que têm impostos e regulamentos fiscais mais relaxados para investidores internacionais. Empresas em busca de impostos mais baixos podem transferir dinheiro para esses países com o único propósito de garantir que esse montante seja tributado a taxas mais baixas. Nesse caso, os investimentos que elas fazem nos paraísos fiscais não são feitos para a criação de fábricas e empregos, mas sim para que esse dinheiro não fique sujeito a impostos maiores. Como esse dinheiro não está gerando rendas internas na forma de salários para trabalhadores do paraíso fiscal, compra de matéria-prima ou coisas do gênero, esses países acabam com diferenças bem grandes entre o PIB e a renda nacional bruta.

**Assim como o PIB, a renda nacional bruta precisa ser calculada por meio de paridade de poder de compra para que possamos compará-la entre diferentes países.** Essa conversão funciona da mesma forma que no caso do PIB via paridade de poder de compra, ou seja, a renda nacional bruta por paridade de poder de compra anula os efeitos de moedas e níveis de preços diferentes entre países.

**Por fim, bastaria dividir esse valor pela popula-**

**ção de seu país para chegarmos na renda nacional bruta per capita em paridade de poder de compra.** Essa estatística pode ser útil para pessoas interessadas em uma medida de bem-estar.

Clique neste [link](#) para visitar o site do Banco Mundial e ver como a nossa renda nacional bruta per capita em paridade de poder de compra se compara com o do resto da América Latina. Nós também incluímos os Estados Unidos e a União Europeia, para se ter uma ideia dos valores dessa estatística nos países desenvolvidos.

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano, inventado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e calculado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Ele varia de 0 (pior nível de desenvolvimento humano possível) a 1 (o maior nível possível). **O IDH foi criado sob a lógica de que medir o desenvolvimento de um país pelo PIB ou pela renda nacional bruta pode gerar uma visão incompleta, já que esses indicadores só se preocupam com o crescimento econômico. O desenvolvimento de um país, por sua vez, deveria ser medido pelo grau de possibilidades que ele consegue prover a seu povo.**

Mas o que são essas possibilidades? **O IDH define essa ideia como a possibilidade de “ser” e de “fazer” coisas desejáveis.** Um sistema de saúde pública de alta qualidade, por exemplo, ajuda os cidadãos de um país a “serem” saudáveis. Uma vida longa e saudável certamente é um objetivo por si só para a maioria das pessoas, mas um bom sistema de saúde também ajuda as pessoas sob outros aspectos: remédios baratos, tratamentos eficazes e baixa demora no atendimento permitem que a população gaste seus recursos em outras áreas de sua vida. Já um bom sistema educacional amplia o leque de carreiras possíveis para um cidadão, o que multiplica as possibilidades do que uma pessoa pode “fazer” em sua vida profissional.

Para medir essa liberdade de ser e de fazer o que quisermos, o IDH combina três informações sobre

uma determinada região: expectativa de vida, renda per capita e educação. A justificativa para o uso dessas informações é a de que, de modo geral, é mais fácil as pessoas serem e fazerem o que querem quando têm acesso a uma vida longa e saudável, a um padrão de vida razoável e ao conhecimento.

Para que esses três conceitos possam ser medidos na prática, a metodologia do IDH os converte em índices que medem a posição de uma determinada estatística em relação a um mínimo e um máximo pré-estabelecidos. Por exemplo, a expectativa de vida é medida na forma de um índice que assume o valor de 1 se a expectativa de vida do país em questão é de 85 anos, e 0 se a expectativa de vida é de 20 anos. Seguindo a mesma lógica, o índice de renda estabelece como máximo e mínimo os valores de US\$ 75.000 e US\$ 100, respectivamente. A estatística utilizada é a renda nacional bruta per capita em paridade de poder de compra.

Por fim, o índice de educação leva em conta duas informações. A primeira é a escolaridade média dos adultos de uma região, medida em anos de escolaridade formal. Já a segunda é a escolaridade esperada das crianças. Essa medida nos diz quantos anos de escolaridade espera-se que uma criança em idade de entrada na escola vai percorrer ao longo de sua vida. Em outras palavras, a primeira medida nos diz quantos anos de escolaridade a população adulta tem, já a segunda nos diz quantos anos de escolaridade espera-se que as crianças irão obter. Para ambos o valor mínimo é zero; já o valor máximo é de 15 anos para a escolaridade média de adultos e 18 para a escolaridade esperada das crianças.

Apesar de bastante útil, o IDH possui suas desvantagens. Às vezes é difícil obter os dados necessários para sua elaboração, e muitas vezes esses dados podem sofrer de erros em sua medição. Esses são os principais motivos que levam as pessoas a ainda utilizar as medidas mais tradicionais de desenvolvimento, como o PIB per capita e a renda nacional bruta per capita.

Vale ainda mencionar que, hoje em dia, é normal fazer os cálculos de IDH para unidades regionais menores que um país. Por exemplo,

podemos calcular o IDH de estados, cidades e até de bairros. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o menor IDH é encontrado no distrito de Marsilac, no extremo sul da cidade, enquanto o maior IDH se encontra no distrito de Moema, também na região sul da cidade.

As pessoas interessadas em entender o cálculo do IDH podem acessar as notas técnicas das Nações Unidas [clikando aqui](#).

## COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente de Gini, também conhecido como índice de Gini, é uma medida de desigualdade de renda de uma economia, criado pelo estatístico e sociólogo italiano Corrado Gini em 1912. **O coeficiente de Gini expressa o grau de desigualdade de renda em uma economia** na forma de um valor que varia de 0 a 1, no qual 0 representaria uma economia completamente igualitária, enquanto 1 representaria um caso extremo de desigualdade, no qual uma pessoa possui toda a renda da economia e o resto da população possui renda zero. Normalmente, o coeficiente de Gini é multiplicado por 100 para facilitar sua leitura. Nesse caso ele varia de 0 a 100, onde 0 representa a igualdade perfeita e 100 a desigualdade perfeita.

O coeficiente de Gini é uma maneira de medir o quão distante uma economia do mundo real se encontra de um caso hipotético no qual a distribuição de renda é 100% igualitária. Nesta economia hipotética, os 10% mais pobres possuiriam 10% da renda total gerada pela economia, já os 20% mais pobres possuiriam 20% da renda total, e assim por diante. Já no caso de uma economia desigual, esperaríamos encontrar algo como o que acontece no contexto brasileiro, em que os 10% mais pobres possuem somente cerca de 1% da renda total gerada no Brasil, os 20% mais pobres possuem 3% da renda total, enquanto os 10% mais ricos possuem 47% da renda total.

Ao calcular o coeficiente de Gini para a economia brasileira em 2017, chegamos em um valor de 53,9 (dados do Banco Mundial, [disponíveis aqui](#)). O que significa esse número? Infelizmente essa pergunta não tem resposta. **O método para se calcular o coeficiente de Gini não gera um**

**número que pode ser interpretado facilmente. A verdadeira importância de calcular o coeficiente de Gini está no fato de ele nos permitir comparar países diferentes e comparar um país com ele mesmo ao longo do tempo.** Por exemplo, de acordo com os dados do Banco Mundial, a tendência geral do Brasil é de diminuição da desigualdade, pois em 1981 o nosso coeficiente de Gini era de 58. No entanto, nos últimos anos essa tendência se inverteu: em 2015 o nosso Gini era de 51,9, o menor valor histórico para esse índice, mas desde então ele tem subido.

Como o coeficiente de Gini se compara com outras medidas de distribuição de renda? Poderíamos, por exemplo, usar o PIB per capita para ter uma ideia de qual é a distribuição de renda média de uma sociedade. No caso brasileiro, em 2019 o PIB per capita foi de cerca de 34 mil reais. Isso significa que, em média, o brasileiro ganhou um salário anual de 34 mil reais. Já em 2018 esse valor foi de 33,5 mil reais. Isso significa que a distribuição de renda melhorou desde então? A resposta é não, porque, como dissemos anteriormente, nos últimos anos estamos vendo o índice de Gini subir. Isso significa que a economia brasileira cresceu, mas a maior parte desse crescimento se concentrou nas mãos dos brasileiros mais ricos. Em outras palavras, **o coeficiente de Gini mede mudanças na renda relativa das pessoas. Pode ser que os pobres se tornaram mais pobres ainda ao longo desse período, ou então que a renda dos mais pobres também subiu, mas não tanto quanto a renda dos mais ricos. De qualquer forma, o coeficiente de Gini está demonstrando que a renda ficou mais concentrada ao longo do tempo, e estamos mais longe daquele caso hipotético no qual todos têm a mesma renda.**

## TAXA DE NATALIDADE

**A taxa de natalidade é uma medida de quantos nascimentos aconteceram em uma região ao longo de um determinado período.** Essa medida é usualmente expressa na forma de nascimentos vivos por 1.000 habitantes, dividida pela quantidade

de anos no período que desejamos analisar. O uso de nascimentos vivos significa que esta estatística só leva em conta nascimentos nos quais a criança manifestou sinais de vida ao nascer.

O conceito de taxa de natalidade é, portanto, bastante simples. **Um país com uma taxa de natalidade de 40 é um país onde ocorrem, em média, 40 nascimentos por 1.000 habitantes em um ano.** Essa taxa de 40 seria considerada bastante alta; de acordo com o [Banco Mundial](#), a taxa de natalidade mundial era de 18,175 em 2018. Para fins de comparação, a [mesma fonte](#) constata que a taxa de natalidade do Brasil em 2018 era de 13,928.

**A tendência mundial é de queda na taxa de natalidade. Muitos países em desenvolvimento viram suas taxas de natalidade caírem substancialmente ao longo das últimas décadas.** Já em alguns países ricos encontramos um fenômeno bastante curioso. No Japão, por exemplo, a taxa de natalidade é tão baixa que não consegue compensar a taxa de mortalidade. Essa taxa, somada a um baixo influxo de imigrantes, demonstra por que a população japonesa está diminuindo ano a ano.

Isso não significa que a população desses países irá desaparecer, mas é preocupante do ponto de vista previdenciário. **Com menos jovens e mais idosos, é possível que os governos comecem a ter problemas para pagar as aposentadorias.**

## TAXA DE DESEMPREGO

O que é desemprego? Parece até uma pergunta boba, já que todo mundo, em tese, sabe o que é desemprego. Mas o conceito econômico de desemprego é um pouco diferente do que as pessoas em geral entendem pelo termo. E essa diferença tem implicações importantes na medição da taxa de desemprego.

Vamos entender o motivo?

**Primeiramente, só entram nas estatísticas de emprego ou desemprego as pessoas que fazem parte da chamada população em idade ativa (PIA).** A PIA é formada por todos os indivíduos que estão na faixa etária considerada apta a exercer algum trabalho. A ideia por trás disso é: indivíduos muito jovens, em geral, não são capazes de exercer

atividades econômicas. A depender da pesquisa, consideram-se como parte da PIA todas as pessoas a partir de 10, 14 ou 15 anos de idade.

(As pesquisas feitas com PIA a partir de 10 anos de idade justificam-se pois a prática do trabalho infantil persiste, apesar de ser proibida.)

**A PIA é dividida em dois grupos: a população não economicamente ativa (PNEA) e a população economicamente ativa (PEA).** A PNEA é composta de pessoas que não trabalham por possuírem alguma deficiência (física ou mental), pelos desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego por não terem obtido sucesso em procuras passadas) e pelas pessoas que simplesmente não querem trabalhar, seja lá qual for a razão (por exemplo, porque são estudantes).

Mas quem é contabilizado empregado ou desempregado?

**As pessoas que fazem parte da PEA, ou seja, a parcela da PIA subtraída da PNEA. A PEA divide-se entre a população ocupada (PO) e a população desocupada (PD).**

**A PO inclui todos os empregados com carteira assinada, trabalhadores autônomos, empregadores e aqueles que exercem atividades não remuneradas por pelo menos 15 horas semanais (por exemplo, fazem trabalho voluntário, estágio ou ajudam nos negócios da família).**

**Já a PD é composta de indivíduos que não possuem trabalho, mas que estariam dispostos a trabalhar e que recentemente tomaram medidas para procurar emprego (como pesquisar em jornais e outros veículos de anúncios de vagas ou sondar conhecidos que possam saber de alguma oportunidade, entre outras).**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgão governamental responsável por computar as principais estatísticas de emprego e desemprego no Brasil – considera como desempregados apenas quem procurou trabalho um mês antes da realização da pesquisa. **Aqueles que procuraram emprego pela última vez há mais de um mês são considerados desalentados e são contabilizados não como desempregados, mas como parte da PNEA.**

## ÍNDICE DE ESCOLARIDADE (IDEB)

A tarefa de medir o desempenho das escolas de um país é bastante difícil. Existem muitos indicadores relativamente fáceis de ser calculados e comparados entre países, no entanto muitas vezes eles não parecem fazer um bom trabalho na medição da qualidade da educação. O IDH, por exemplo, utiliza duas medidas de educação: a escolaridade média dos adultos e a escolaridade esperada das crianças. Essas duas estatísticas têm aumentado nos últimos anos no Brasil, mas será que isso é um indicativo de que nossas escolas têm melhorado com o tempo?

**O Ideb foi criado para sanar essa necessidade de um índice que seja direcionado para a qualidade escolar.** O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Mas como o Ideb mede a qualidade de nossas escolas? Para isso, ele agrega duas informações. A primeira é o rendimento escolar, medido com base na taxa de aprovação dos alunos. A segunda é a média de desempenho em exames padronizados como a Prova Brasil e o Saeb, o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **O Ideb então define qualidade como uma combinação de alunos se formando no tempo devido e atingindo notas satisfatórias em exames padronizados.**

Essas duas informações são utilizadas porque elas se complementam. Se uma escola sacrificar a qualidade do ensino para formar seus alunos no tempo adequado e evitar que eles abandonem os estudos, a média do desempenho no Saeb vai cair e o Ideb acusará que a escola precisa ser melhorada; da mesma forma, se ela começar a reter seus alunos para melhorar o desempenho e levar à evasão escolar, a taxa de aprovação vai cair e o Ideb novamente mostrará que é necessário intervir na escola.

O Ideb varia de 0 a 10, e dá o mesmo peso para a taxa de aprovação dos alunos e para a média no Saeb. O índice é calculado no âmbito nacional, estadual, municipal e até escolar. Além disso, o Ideb também discrimina entre três etapas escolares: anos iniciais (1º a 5º ano) e finais (6º a 9º ano) do ensino

fundamental, e ensino médio. Portanto ele nos fornece uma riqueza de informações muito grande.

**O conceito de intervenção é essencial: a ideia é que o Ideb seja usado para que a sociedade possa cobrar de seus governantes uma melhor qualidade de ensino.** O Ideb também criou metas para nortear essa cobrança por parte da sociedade. Essas metas são distintas para todas as esferas de medição do Ideb, do nacional até o escolar e dos anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio.

Vale a pena ainda falar um pouco sobre o uso do Ideb em comparações entre países. Infelizmente seria bastante difícil usar o Ideb para comparar a qualidade da educação brasileira com aquela de outros países. Em primeiro lugar, nem todo país calcula um índice de qualidade escolar. Além disso, um índice de qualidade precisaria ser calculado de maneira muito parecida com a do nosso Ideb para que pudéssemos utilizá-lo nessas comparações. Portanto, o Ideb não pode nos dizer muita coisa sobre a qualidade escolar brasileira em comparação com a do restante do mundo.

O relatório para a versão preliminar do Ideb 2019 pode ser acessado [clikando aqui](#).

## ÍNDICES DE SANEAMENTO

**O saneamento básico é o conjunto de serviços relacionados à provisão de água potável e tratamento de esgoto.** No Brasil não existe um único índice que sirva para condensar toda a informação sobre o setor. Ao contrário, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) trabalha com diversos índices que retratam seu progresso.

**Entre esses índices, dois dos mais importantes são os de cobertura do sistema de saneamento básico.** De acordo com os resultados do levantamento de 2018, sabemos que 83,6% da população brasileira tem acesso a água tratada. No entanto, essa cobertura é bastante heterogênea; na região Norte, esse índice é de 57,1%, enquanto na região Sudeste ele é de 91%. Já no indicador de coleta de esgoto temos que 53,2% da população brasileira está coberta por esse serviço, mas as discrepâncias regionais são maiores ainda, com somente 10,5% da população na região

Norte atendida pela coleta de esgoto, enquanto no Sudeste temos que 79,2% da população é atendida. O relatório do SNIS pode ser acessado [clikando aqui](#).

**Além de ser uma questão de interesse social, existem argumentos econômicos muito fortes pela universalização do serviço de saneamento básico.** A lógica desses argumentos é que uma população com acesso a bons serviços de saneamento básico seria mais produtiva. O acesso a água e esgoto tratados ajudaria a tornar a população mais saudável, o que por sua vez diminuiria a quantidade de dias por ano que trabalhadores inativos devido a doenças. O mesmo argumento é válido para crianças em idade escolar, que veriam aumentar seu rendimento na escola. Algumas pesquisas econômicas empíricas indicam que, por exemplo, as campanhas de aplicação de vermífugos em crianças realmente diminuem as faltas dos alunos e o fazem a um custo bem baixo. Esse seria um dos canais pelos quais as crianças poderiam se aproveitar de um maior acesso a saneamento básico.

**Portanto, os índices baixíssimos de acesso a água e esgoto tratados são bastante preocupantes. A universalização desse serviço precisa ser vista também como uma medida de combate à pobreza.**